



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Brasil

Pinto Jardim, Céli Regina

Chuvas de papéis. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, núm. 40, junho, 1999

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10704011>

- Como citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Tempos de eleição: a política interrompe o cotidiano

Irllys BARREIRA. *Chuvras de papéis. Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. São Paulo, Relume Dumará, 1998. 234 páginas.

Céli Regina Jardim Pinto

As eleições no Brasil pós-regime militar têm merecido especial atenção dos cientistas sociais. Importantes investigações têm sido desenvolvidas especialmente nas áreas do comportamento eleitoral e do acompanhamento de campanhas. O livro de Irllys Barreira vem não somente se somar a esses estudos, como se constitui num trabalho de grande importância, pela forma criativa pela qual a autora intervém no tema, pelos resultados que apresenta e pelas perspectivas de pesquisa e reflexão que propicia.

Ao longo de cinco partes e dez capítulos, a autora abarca um longo período de campanhas eleitorais, de 1985 a 1996, percorrendo: a campanha de Maria Luiza Fontenelle para a Prefeitura de Fortaleza (1985); as reuniões preparatórias para o lançamento de candidaturas a vereador num bairro popular em Fortaleza (eleições de 1988); a “Caravana da Cidadania” liderada por Lula (1994), quando este passou pelo sertão do Ceará; e, finalmente, o acompanhamento das candidaturas femininas para as prefeituras de Fortaleza e Natal (eleições de 1996). Utilizando um farto material, portanto, o trabalho propõe-se a discutir a problemática da representação a partir da análise das campanhas eleitorais como momentos dinâmicos de ruptura do espaço restrito da política e de encontro com o cidadão comum. É na ruptura do cotidiano de ambas as partes, políticos e cidadãos comuns, que acontecem os encontros propiciadores da representação. Ao mesmo tempo em que argumenta que a representação é uma relação construída ao longo da campanha, a autora constrói ao longo do livro essa própria noção, ao descrever, principalmente em três capítulos, como se faz política, quem faz política, onde se faz política.

Acompanhar a construção da representação no decorrer do livro não é tarefa fácil: a autora tece um argumento em que se cruzam e entrecruzam situações, locais, tipos de políticos, tempos, e no qual a cada momento somos chamados a prestar atenção em um número significativo de dimensões que constroem o político e o simbólico, em meio ao cotidiano e às diferentes rupturas nesse espaço. A riqueza da abordagem deste livro está nas muitas leituras que ele permite: podemos lê-lo acompanhando o refinado argumento sobre a construção da representação, mas cada parte pode ser lida também como uma unidade. Assim, por exemplo, o capítulo sobre as candidatas ou o capítulo sobre as candidaturas populares são estudos que, por si só, se justificam, isoladamente. De qualquer forma, ainda estamos diante da análise de um material que trata de campanhas no Nordeste do país, mais especificamente no Ceará e na capital do Rio Grande do Norte. Tomando em conta isso, a forma como o trabalho é organizado tem um aspecto curioso: a autora não está preocupada em analisar especificidades da região, mas sim tendências do jogo político.

Decorrente dessa escolha, o livro revela o que é sua grande qualidade e, paralelamente, seu maior problema. De fato, as conclusões a que o trabalho chega não ficam prejudicadas pela regionalidade dos dados; definitivamente, não é um trabalho sobre política nordestina. Mas, por outro lado — e talvez aí esteja uma fragilidade —, a presença de tantos dados sobre uma região tão específica mereceria algumas reflexões que trouxessem à luz questões regionais colocadas *vis-à-vis* as questões mais gerais analisadas.

Ainda uma outra questão é fundamental no arcabouço do trabalho: trata-se da noção de rituais. Da mesma forma como é tratada a representação, também os rituais são vistos como constantes produções, que interagem com o eleitor e por sua vez constroem a própria representação: nos comícios, nas “carreatas”, nas caminhadas, no bairro, nos movimentos sociais, os rituais são marcas do momento eleitoral, marcas que reinstituem o simbólico, que abrem espaço para a recriação dinâmica da representação. Em síntese, nas palavras da própria autora, e já nas primeiras páginas,

o fio condutor do livro fica claro ao leitor: “as categorias de representação, apresentação e reconstrução passaram a dar sentido ao conjunto das campanhas que inicialmente me suscitaram, em demasiado, a percepção das eleições como espaço exclusivo de conflitos. Essas categorias me permitiram ver que algo também se constituía no interior das disputas acirradas. Esse algo era a própria política em seus dilemas e paradoxos na busca de instituir o princípio de representação. Além de colocar em disputa candidatos e propostas, o ritual das campanhas instaurava os elementos de preservação e legitimação das atividades políticas.” (p. 28).

A primeira parte do livro compõe-se de dois cuidadosos capítulos teórico-metodológicos que, com vários subtítulos, apresentam as diversas facetas da pesquisa e da própria elaboração do livro. No primeiro capítulo, apresenta-se o material que será analisado, a forma como foi coletado, suas potencialidades e os avanços que significam. No capítulo seguinte, contrói-se o arcabouço do conceito de representação, que será o fio condutor de toda a análise; nele é detalhada a noção de representação como construção. E é essa reflexão que permite à autora transitar com grande propriedade, nos meandros de seu material empírico, nas duas partes seguintes do livro, propondo um estudo que foge de qualquer tipo de viés prescritivo, muito fácil de encontrar nesse tipo de abordagem. Vale lembrar que a noção de representação tem sido vista em muitos estudos atuais do ponto de vista da crise da representação política. Sem entrar no mérito da discussão, que não cabe neste espaço, é preciso, entretanto, chamar a atenção para a potencialidade explicativa das formas de se fazer política, abandonando a idéia pura e simples de crise, e buscar, como é o caso do presente trabalho, as formas pelas quais se constrói a própria representação.

A segunda parte reserva ao leitor os mais interessantes capítulos do livro, não só pela cuidadosa análise que apresenta, como pelo prazer que a leitura propicia. Neles, a autora trata da caminhada como símbolo, trabalhando com a “Caravana da Cidadania” e com o comício — exatamente com o local específico e especial da política. Enquanto aquela vai para o interior e para a zona rural, este

marca o espaço da cidade, da praça, da periferia, que se reconstrói em centro através do comício. Sobre a caravana e sobre Lula especificamente, a autora escreve: “No percurso, o candidato vai adotando a mesma fisionomia de seus potenciais representados. Ornado de penas de índio na cabeça ou de um chapéu usado pelas castanheiras, a expressão de identificação assume sua nitidez emblemática. São dimensões que apontam, simultaneamente, proximidade e distanciamento, na medida em que destacam o uso de artefatos populares cotidianos por parte de um figura que busca personificar o espaço máximo de representatividade.” (p. 73). No espaço urbano, as caminhadas e os comícios eleitorais são centrais porque relocalizam a política, criam um novo espaço para o político, de construção de representação: “A troca que se estabelece entre os políticos e o público repõe os mecanismos de construção da representação e apresentação.” (p. 99).

A terceira parte do livro discute a presença das candidaturas femininas de um ponto de vista pouco usual nas análises correntes. Os trabalhos sobre a presença da mulher na política estão muito marcados pela ênfase na ausência de candidaturas femininas, pela quase denúncia de situações de discriminação que as mulheres sofrem no mundo da política, pela presença ou ausência da luta pelos direitos da mulher nos discursos das candidatas etc. Irllys Barreira, sem ignorar os traços de discriminação e sexismo relativos às campanhas das mulheres, trabalha com uma dimensão especialmente importante, que é a incorporação do feminino e de todos os significados a ele atribuídos como estratégia de campanha. A análise da vitoriosa campanha de Maria Luiza Fontenelle para a Prefeitura de Fortaleza, em 1986, é um momento particular em que a autora desenvolve com muito detalhamento tais estratégias, desde o uso do nome Maria até a idéia da mulher como o novo na política: “Identificada cada vez mais com a canção *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brandt, Maria Luiza adotou em sua campanha para prefeita o primeiro nome. Trata-se de uma mudança que teve significativo papel na imagem da candidata, pela associação entre o feminino e o popular que porta o nome de Maria.” (p. 122).

Além da campanha de Maria Luiza Fontenelle, são analisadas as candidaturas de mulheres para as prefeituras de Fortaleza e Natal em 1996 e discutidos detalhadamente os usos estratégicos, nessas campanhas, da polissêmica posição do feminino neste fim do século. Retomando seu tema condutor — a representação —, a autora conclui suas reflexões sobre as candidaturas femininas: “As candidaturas femininas explicitam a construção emblemática de uma forma de representação que se faz acompanhar da instituição de um lugar no espaço da política, lugar de referências complexas, que induz tanto à reprodução como à ruptura de atributos positivos e negativos no âmbito da cultura” (p. 155).

A quarta parte do livro é composta de dois capítulos sobre as candidaturas populares. Aqui, da mesma forma pela qual foi discutido o feminino como estratégia de campanha, o argumento se desenvolve mostrando não os limites de candidaturas populares, ou suas filiações ideológicas, mas sim a importância que o espaço popular tomou na política após a redemocratização, e a luta que se trava em torno dele ou, mais especificamente, para construí-lo como estratégia de campanha. As candidaturas populares têm uma lógica própria no jogo político e ocupam um espaço particular na construção da representação: o popular está sempre agregado ao autêntico, ao verdadeiro. A legitimidade da candidatura popular se dá pela pertença ao local. Enquanto o candidato de fora faz comício na periferia para marcar sua presença, para mostrar o conhecimento que tem da situação do bairro, o candidato de dentro é “um de nós”. Os dois capítulos exploram com detalhes essa inclusão e a articulação de características populares como estratégias. Exemplos disso são: a pouca escolaridade do candidato, seu descuido com a imagem física, a liderança que tem no bairro e o fato de ele ser um igual e ao mesmo tempo um diferente, aquele que terá o poder de representar os interesses do local: “Na percepção dos moradores, o papel do líder é complexo, constituindo uma condição referida a um dever-ser ou a uma conjunção de atributos de identificação e diferenciação. Um líder é simultaneamente alguém ‘como nós’ e alguém também possuidor de atributos que o tornam diferente dos demais.” (p. 171).

Na quinta e última parte do livro, retomam-se todos os temas tratados para fechar as questões abertas ao longo do trabalho, ou seja, para recolocar as campanhas como espaços e tempos privilegiados da política, onde o que se observa não é a repetição monótona de rituais sem sentido, mas o fazer político, em que os candidatos, os que estão dentro do campo da política, vão buscar nos de fora, no cidadão, no eleitor, as formas de construir a intrincada relação de representação.

Chuvras de Papéis é um rigoroso estudo sobre as formas de fazer política no Brasil. A partir de uma perspectiva criativa e bastante rara nos estudos brasileiros, faz com que o leitor se confronte, momento após momento, com as escolhas dos eleitores e com as estratégias dos candidatos. O livro é, sem dúvida, um convite para novos estudos nessa direção.

**CÉLI REGINA JARDIM PINTO é professora do
Departamento de Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

Novos tempos, velhas histórias*

SEREBURÃ, HIPRU, RUPAWE, SEREZABDI e SEREÑIMIRÃMI. *Wamrêné Za'ra, nossa palavra. Mito e história do povo Xavante*. São Paulo, Editora do SENAC, 1998. 179 páginas.

Aracy Lopes da Silva

No quadro geral do Brasil indígena desta última década do milênio, uma novidade histórica é a maciça constituição e consolidação de associações e organizações indígenas locais e regionais. Se a possibilidade legal foi dada pela Constituição de 1988, cujos termos, no tocante aos direitos indígenas, representaram o reconhecimento de processos de organização política e participação indígena crescentes no cenário nacional desde o decênio anterior, o ritmo e a amplitude do surgimento de novas associações indígenas nos anos 90 revelam um valor que se afirma: a busca de autonomia. Paralelamente ao enxugamento do Estado e à diminuição da capacidade assistencial da Fundação Nacional do Índio (Funai), crescem projetos de autoria indígena em todo o país, formulados com assessoria especializada, mediante parcerias com grupos não-indígenas ou de composição mista e financiados com recursos de organizações não-governamentais, órgãos do governo, universidades e fundos de pesquisa.

Os projetos cobrem um amplo campo: vão da ecologia à economia, do manejo da fauna e da flora nativas ao desenvolvimento sustentado; de programas de assistência à saúde à divulgação de padrões estéticos (plásticos, dramáticos, musicais) próprios; da construção de currículos escolares diferenciados a projetos educacionais destinados à formação de recursos humanos para a autogestão em diferentes campos da vida social.

A pesquisa é, nesses casos, uma ferramenta indispensável. Equipes indígenas ou interétnicas

levantam conhecimentos sobre as espécies naturais, a geografia, a história, a arte, a religião, a filosofia. A memória dos mais velhos é uma das fontes mais procuradas. O saber concretizado nos objetos, nas práticas de exploração e transformação de recursos naturais, assim como os conhecimentos lingüísticos, estéticos e esotéricos de especialistas indígenas também são alvo freqüente dos pesquisadores índios e seus assessores. Rituais, reuniões, assembléias políticas, situações de conflito fundiário ou de outra natureza são igualmente objeto de atenção privilegiada.

Cada vez mais, dadas as condições das relações econômicas e políticas no mundo atual, o cotidiano da maior parte dos povos indígenas no Brasil desenrola-se em meio a algum grau de tensão entre os conhecimentos indígenas e os ocidentais, entre políticas públicas e a política das aldeias, entre tendências políticas internacionais (pela via de informações relativas a organismos como a ONU, a Unesco e o Conselho Mundial dos Povos Indígenas, entre outros, por exemplo) e a definição de estratégias e de opções de vida e de futuro por populações indígenas específicas.

As transformações em curso no plano mundial e regional afetam diretamente as populações indígenas. No plano local, registre-se a multiplicação dos atores em interação, a complexificação das relações sociais, políticas e econômicas e a ampliação do universo social indígena, com novas informações, novas alianças, novos parceiros, novas e diversificadas formas de organização e estratégias de construção e reconstrução simbólicas e identitárias.

Dentre os projetos indígenas em curso, muitos podem ser corretamente definidos como culturais: compreendem o registro em vídeo, em áudio, em CDs ou em livros de saberes e manifestações próprias. São materiais destinados ao consumo interno, como recurso de uma política de vitalização da identidade e da memória com vistas aos jovens de hoje e às gerações futuras, a quem igualmente se destinam os materiais didáticos elaborados por professores índios em línguas indígenas; ou têm por alvo o consumidor externo, não-índio, brasileiro ou não. Muitos desses produtos têm um duplo público e não é pequeno o valor

* Uma versão abreviada desta resenha foi publicada no *Jornal de Resenhas*, nº 46, *Folha de S. Paulo*, 9/1/1999.

simbólico dessas produções culturais nos diferentes contextos sociais onde se inserem. Trata-se de um movimento em franca expansão: a produção de material próprio com o recurso a tecnologias não-indígenas, para fins definidos autonomamente.

É nesse contexto que os Xavante Sereburã, Hipru, Rupawe, Serezabdi e Sereñimirãmi e sua equipe de apoio nos brindam com seu livro *Wam-rêné Za'ra, nossa palavra. Mito e história do povo Xavante*. Trata-se de uma belíssima edição, ilustrada com desenhos originais de jovens Xavante e fotos históricas localizadas através de pesquisa em arquivos realizada pela equipe assessora do projeto (Núcleo de Cultura Indígena, São Paulo). O processo de produção da obra durou cerca de três anos, incluindo gravações de narrativas orais na aldeia de Pimentel Barbosa (MT), o trabalho dos tradutores xavante e a pesquisa fotográfica e bibliográfica.

O livro compõe-se de duas partes, já identificadas no título. A primeira, “Antes de tudo”, reúne as narrativas relativas às origens: os clássicos mitos xavante¹ em novas versões, assinadas, contando sobre o começo da humanidade, das plantas cultivadas, dos animais, a obtenção do fogo pelos humanos, a origem das mulheres indígenas e dos homens brancos. Há um evidente trabalho de edição da tradução (embora os bastidores não sejam trazidos ao leitor), visando tornar os textos compreensíveis por um público não-Xavante. O esforço é bem-sucedido, já que não há adulteração dos sentidos originais e que o resultado final é um texto conciso e de leitura agradável. É graficamente muito bem solucionada a apresentação bilingüe das narrativas.

A segunda parte do livro é dedicada à “história” e trata do contato dos Xavante com outros povos indígenas e, principalmente, com os não-indios. Como a vida xavante é marcada por intenso facciosismo construído a partir da divisão da população em clãs, o livro, inevitavelmente, traz uma versão da história do contato em que o ponto de

vista da facção dominante (e seu respectivo clã) na aldeia Pimentel Barbosa é predominante. Há, certamente, outras histórias, contadas, entre os Xavante, de outras perspectivas. Isso, porém, em nada desmerece o livro. Ao contrário: toda história xavante será sempre narrada a partir de uma posição claramente definida por relações de poder, e a possibilidade de outras histórias está prevista no texto de abertura do livro.

A versão publicada tem o mérito de ser, dentre as publicações sobre a história deste povo, a primeira elaborada a partir de narrações destinadas a este fim específico e reconhecida como sua pelos narradores xavante. É, portanto, a única publicação que traz uma visão xavante sobre o processo do contato. As fotos das frentes de atração, dos primeiros encontros e presentes trocados, tiradas e arquivadas por não-indios, contrastam com a perspectiva indígena: os brancos foram atraídos por meio de recursos mágicos para que trouxessem os desejados instrumentos, os machados e facas. Atração e contato são vistos pelos Xavante como processos controlados por eles, por seus sonhos, por seus poderes.

Nos relatórios do Serviço de Proteção ao Índio, nas reportagens de época, na memória dos não-indios, os Xavante é que foram atraídos e “pacificados”. Eram tempos de Getúlio. A “marcha para o Oeste” e a Fundação Brasil Central atingiriam em cheio o território habitado então (como hoje) pelos Xavante de Pimentel Barbosa: as margens do rio das Mortes e a serra do Roncador.² Por fim a um período de isolamento voluntário dos Xavante, que já haviam experimentado o convívio interétnico em séculos anteriores, notadamente no século XIX, em aldeamentos pombalinos na então Província de Goiás.

A data oficial do primeiro contato pacífico neste século é 1946, após vários anos de tentativas

1 Já publicados em Giaccaria e Heide (1974), Lopes da Silva (1986), Maybury-Lewis (1984), Graham (1995) e Carrara (1997). Ao lado da primeira destas obras (cujas narrativas foram republicadas em Wilbert e Simoneau, 1984), o livro aqui resenhado apresenta uma das mais completas coletâneas de narrativas xavante.

2 Os Xavante habitam hoje seis áreas descontínuas no Leste matogrossense (Terra Indígena (TI) Rio das Mortes — onde se situa a aldeia conhecida como Pimentel Barbosa —; TI Areões; TI Parabubure; TI Batovi; TI São Marcos e TI Sangradouro), nas regiões de Nova Xavantina, Canarana, Barra do Garças e Paranatinga. Somam aproximadamente 9 mil pessoas, que vivem em cerca de 55 aldeias e falam a língua A'uwe, da família lingüística Jê.

missionárias e governamentais, às quais os Xavante sempre reagiram em defesa de seus territórios. É sobre estes mais de 50 anos que os Xavante discorrem detalhadamente na segunda parte do livro, permitindo um interessante contraponto com a história documental até agora levantada (Ravagnani, 1991; Chaim, 1983; Carneiro da Cunha, 1992).

Uma certa tensão se estabelece entre o tom dos Xavante em suas narrativas, revelando os índios como condutores dos processos em tela, senhores de seu destino, e a perspectiva presente principalmente no texto da quarta capa e, muito mais sutilmente, no prefácio do livro (ambos escritos por autores não-índios), que enfatiza as ameaças do contato, as perdas culturais, a “tradição” que pode acabar sob “o efeito descaracterizador do contato agressivo entre culturas”. Do mesmo modo, é difícil entender o porquê de a grafia escolhida para as palavras em língua indígena não incorporar um som característico e frequentemente presente na língua xavante. Refiro-me ao *e* nasalizado, invariavelmente grafado no livro como *ê* (com acento circunflexo, o que o transforma em outro fonema, acarretando alteração de sentido). Dificuldades de ordem gráfica (os computadores habitualmente não aceitam o til sobre a vogal *ê* em absoluto justificam essa “acomodação”, em choque direto com todo o espírito do livro, qual seja, o de afirmação da voz, da sabedoria, da experiência e da perspectiva própria aos Xavante de Pimentel Barbosa. O livro destina-se ao público em geral, não-índio, mas destina-se também — e isso o dizem tanto as autoras do Prefácio quanto os narradores xavante — aos jovens Xavante do presente e do futuro. Por isso é também pena que o padrão de apresentação bilingüe das narrativas, obedecido na primeira parte do livro, seja suprimido na segunda, em favor do uso exclusivo do português.

Se esses são pontos passíveis de crítica, são muitas as virtudes do livro. Além das já mencionadas, quero ressaltar o fato fundamental de que uma obra como essa permite uma interlocução desejada pelos Xavante com um público amplo e também o acesso mais próximo e direto dos não-índios a uma perspectiva indígena de mundo. Além disso, sela uma colaboração entre distintas gerações, constitui-se em um projeto coletivo. Os Xavante da aldeia

de Pimentel Barbosa já gravaram um CD com canções próprias (*Eteñiritipa — Cantos da tradição indígena xavante*), um videoclipe (*Wanoridobê*) para divulgação nacional e internacional do CD, e foram parceiros da banda de rock Sepultura (*Roots*) em faixas gravadas na aldeia. Estabeleceram intercâmbios com estudantes estrangeiros, montaram exposições, espetáculos de dança e canto em centros urbanos e criaram um Centro Cultural na sede do município mais importante da região que habitam.

Considerando a população Xavante de modo geral, é possível dizer que são muitas as suas estratégias em face dos processos globais e regionais em curso e das novas situações que fazem, hoje, parte de suas vidas. Muitas referem-se a processos de redefinição dos termos em que são vivenciadas as relações interétnicas em que estão envolvidos; outras destinam-se à construção de alternativas econômicas; outras, ainda, reivindicam o acesso a implementos urbanos ou ao conhecimento científico e tecnológico. Dentre elas, e diversamente das escolhas feitas por outros povos indígenas no país, estão uma grande valorização da educação escolar e a formação, sob a orientação dos mais velhos, de jovens intelectualmente preparados para a interlocução com os não-índios. A autonomia política e econômica e o respeito geral à sua especificidade étnica e cultural são objetivos que se expressam claramente por meio da formação de associações indígenas locais e da produção dos já citados bens culturais para consumo em mercados urbanos nacionais e internacionais, inclusive o livro que examino aqui.

Uma breve menção a alguns dos projetos hoje em curso entre os Xavante de diferentes localidades pode ilustrar as atuais frentes de atuação indígena. Um deles, financiado pela World Wildlife Foundation, propõe o manejo de animais cinegéticos nativos do ambiente habitado pelos Xavante, historicamente consumidos por essa população mas que hoje estão ameaçados; outro, financiado pelo Banco Mundial, combina igualmente a pesquisa epidemiológica e nutricional com ações no campo da saúde; um terceiro, promovido por uma organização pan-indígena, almeja o manejo de plantas frutíferas nativas, enquanto um

outro, de autoria indígena e financiado por empresas sediadas no Brasil, busca na apicultura um caminho para a autonomia econômica da aldeia que o idealizou. Projetos no campo da educação escolar (governamentais e não-governamentais) têm, invariavelmente, a adesão dos Xavante. Professores xavante têm forte atuação no Projeto TUCUM, de formação continuada, promovido pelo governo do Estado do Mato Grosso. Na outra ponta, uma pesquisa antropológica proposta individualmente por um pesquisador sobre a classificação indígena de aves é autorizada pelos Xavante sob a condição da elaboração posterior de um livro didático contendo seus resultados, para registro do conhecimento indígena e para uso nas escolas das aldeias.

Se a última década trouxe novidades no cenário do Brasil indígena, foi também marcada por ganhos teóricos importantes no campo da etnologia. Um deles refere-se ao refinamento da análise das situações de contato: a comprovação etnológica e discursiva da historicidade dos povos nativos, revelada tanto em sua memória como em suas reflexões próprias sobre a história, o passado, o tempo. Comprovada, também, na capacidade criativa que se exercita nas concepções, nas reelaborações e nas práticas simbólicas e sociais, nas formas de organização, nas inovações rituais.

A história xavante narrada em *Wamrêné Za'ra* é também a história de um crescente envolvimento desse povo indígena com setores cada vez mais numerosos e variados da população brasileira, com a economia e com a política do país. À medida que aumenta o conhecimento mútuo e se ampliam os campos da interação recíproca, é possível compreender, sob novos ângulos, princípios e componentes de uma certa "filosofia do contato", definida pelos Xavante a partir do interior de seu universo sociocultural e de sua memória histórica.

Partindo dessas concepções, uma compreensão mais acurada da experiência Xavante no mundo atual exige a revisão de certas posturas analíticas: no lugar dos blocos "sociedade indígena"/"sociedade envolvente", cabe pensá-la como processo em curso no âmbito de um complexo socio-cosmológico mais amplo; no lugar da difundida (e simplista) idéia da "aculturação", a consideração da

ação indígena sobre o mundo como fator de construção da história. São os processos dessa construção que o material narrativo reunido neste livro pelos Xavante permite apreender. Tem-se em *Wamrêné Za'ra* a oferta, tanto ao especialista como ao leitor em geral, de matéria viva para conhecimento, pesquisa e reflexão.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (1992), *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.
- CARRARA, Eduardo. (1997), *Tsi Te Wara. Um vôo sobre o cerrado xavante*. São Paulo, dissertação de mestrado em Antropologia, FFLCH/USP.
- CHAIM, Marivone. (1983), *Aldeamentos indígenas: Goiás 1749/1811*. São Paulo, Nobel.
- GIACCARIA, Bartolomeo e HEIDE, Alberto. (1974), *Jerônimo conta*. Campo Grande, Editorial Dom Bosco.
- GRAHAM, Laura. (1995), *Performing dreams*. Austin, University of Texas Press.
- LOPES DA SILVA, A. (1986), *Nomes e amigos*. São Paulo, FFLCH/USP, Coleção Antropologia.
- MAYBURY-LEWIS, David. (1984), *A sociedade xavante*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- RAVAGNANI, Oswaldo. (1991), *A experiência xavante com o mundo dos brancos*. Araraquara, Unesp.
- WILBERT, Johannes e SIMONEAU, Karin. (1984), *Folk literature of the Gê Indians*. vol. 2. University of California Publications.

ARACY LOPES DA SILVA é professora do Departamento de Antropologia da Unicamp e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.

Patrimônio da nação: os índios & a história da Antropologia

Luís Donisete Benzi GRUPIONI. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998. 341 páginas.

Mariza Corrêa

José Albertino Rodrigues certamente teria se orgulhado se visse seu nome associado a este livro — que mereceu o prêmio, que leva seu nome, de melhor dissertação de mestrado, concedido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) em 1997. Estudioso do sindicato como organização burocrática, penso que gostaria dessa análise de uma outra instituição, nascida à mesma época, e que guarda na sua história algumas semelhanças com a instituição sindical.

Muitas foram as circunstâncias que levaram Luís Donisete a passar da pesquisa de campo propriamente dita para esta pesquisa de “etnografia histórica” e abandonar momentaneamente os nativos da terra para dedicar-se aos nativos da Antropologia. Benditas circunstâncias, por duas excelentes razões. A primeira é que, ao focalizar uma instituição tão pouco conhecida como o Conselho, Luís Donisete abriu também espaço para analisar a atuação de um grupo de etnólogos em sua relação com ele — seu querido Curt Nimuendaju está presente, mas aqui estão também Charles Wagley, William Lipkind e Buell Quain, David Maybury-Lewis e Claude Lévi-Strauss. O que já seria uma razão de júbilo para os interessados na história, tão magrinha nas prateleiras, de nossa disciplina. A segunda razão é que, no âmbito de uma bibliografia escassa sobre nossa história, são ainda mais escassas as análises de instituições: boa parte da história de nossa disciplina é escrita da perspectiva de um personagem, ou de um grupo, deixando na sombra o contexto institucional no qual ele, ou eles

(raras vezes, ela ou elas), produziram suas pesquisas.¹

Parece particularmente importante a pletera de conselhos, institutos e comissões criados na década de 30 — quando também é criado o Conselho de Fiscalização —, justamente no período em que as ciências sociais também começam a se institucionalizar no país.² Como tantos outros desses órgãos, o Conselho de Fiscalização estava na “interface de dois campos: o político e o intelectual” (p. 44), e é justamente ao alargar a dimensão do campo indigenista, “de modo a incorporar a produção de conhecimento sobre esses grupos, [as populações indígenas], buscando esclarecer as relações entre os antropólogos e o Estado neste período” (p. 43), que a pesquisa de Luís Donisete oferece um panorama do período cujo interesse é bem mais amplo do que a já em si interessantíssima história do Conselho de Fiscalização. Na mesma época em que começam a se constituir as Faculdades de Filosofia de onde sairia a geração que criou os cursos de pós-graduação no país, a pesquisa antropológica estava quase toda ela sendo feita por estrangeiros — que foram o objeto principal da fiscalização do Conselho — e ainda estava concentrada nos museus.

1 Se corro o risco de esquecer alguém, é porque as poucas análises institucionais disponíveis estão ainda, em sua maioria, na forma de teses e são acessíveis apenas aos iniciados. Lembro, por exemplo, os excelentes trabalhos de Carlos Augusto da Rocha Freire (1990), Silvana Rubino (1991) e Marcos Chor Maio (1997). Além deles, há alguns bons artigos, que mostram a importância de se aprofundar essa perspectiva de análise, nos dois volumes organizados por Sérgio Miceli (1989 e 1995) sobre a história das ciências sociais, o trabalho de Lima (1985) sobre o SPI, e o inovador trabalho recentemente publicado de Luís Rodolfo Vilhena (1997).

2 A maioria dessas instituições foi criada por iniciativa de agentes do Estado, e seria interessante comparar a longa vida de algumas delas, por exemplo, a CAPES ou o SPHAN, com a vida brevíssima de associações profissionais do mesmo período, como a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (ver Azeredo, 1986). Ver a página 23 do livro para um rol dessas instituições oficiais; quanto às sociedades e associações, lembro apenas que o professor Castro Faria há tempos reclama uma análise do papel importante que a Sociedade de Geografia, por exemplo, teve no início da institucionalização da Antropologia no Brasil, ao oferecer espaços para discutir a Etnografia nas sessões de seus congressos.

O que é interessante é que, das duas vertentes mais bem explicitadas da disciplina na época — os estudos sobre relações raciais e os estudos sobre grupos indígenas —, só a segunda tenha sido objeto de acompanhamento cuidadoso por parte do Conselho. Essa ênfase pode ser lida não apenas nos nomes dos pesquisadores cujos dossiês Donisete analisa, mas também na ausência de nomes de pesquisadores estrangeiros vinculados à primeira vertente nas discussões da Diretoria nas quais se expressavam os conflitos institucionais do campo antropológico.³ Ainda que os nomes de Ruth Landes, Melville Herskovits ou Donald Pierson apareçam na relação de nomes anexada ao final, escassa menção é feita a eles nessas discussões. Sobre Ruth Landes, protagonista de uma série de equívocos a respeito de sua vinda ao Brasil para estudar relações raciais na Bahia — e apresentada pelos jornais como tendo vindo à procura de “índios nas tabas” —, Donisete observa que no documento impresso do Conselho “estão riscados os campos ‘para exploração da região’ e ‘fazer pesquisas’, que foram substituídos, respectivamente, por ‘visitar’ e ‘fazer exclusivamente estudos sociológicos’” (p. 79). Há nessa vinhetta toda uma série de questões que mereceriam ser exploradas — e uma delas poderia ser a de que “estudos sociológicos” não implicavam pesquisas. A estranheza causada por uma pesquisadora que vinha por conta própria ao país — creio que, além de Emilia Snethlage, ornitóloga alemã já falecida à época da criação do Conselho, e de Vanda Hanke, sobre quem pouco se sabe, ela foi a única estrangeira a fazer pesquisa sozinha nesse período de presença intensa de pesquisadores estrangeiros — aparece nas entrelinhas e será explicitada mais tarde, nas suas tensas relações com Arthur Ramos e Melville Herskovits.⁴ Havia várias outras pesquisadoras em cena, como Frances Herskovits, Dina Lévi-Strauss e Yolanda Murphy

(aliás, nem ela nem seu marido, Robert Murphy, aparecem na lista de pesquisadores que teriam pedido licença ao Conselho), mas todas elas subsumidas na condição de “esposas”: é sempre com o marido que as negociações são feitas.

Outra questão interessante que aparece aí — e é reforçada pela ausência, na lista dos pesquisadores que tiveram relação com o Conselho, de todo o grupo de antropólogos que veio da Universidade de Columbia para a Bahia, nos anos 50, para fazer pesquisa de campo, no âmbito de um convênio coordenado por Thales de Azevedo e Charles Wagley — é a preocupação do Conselho com artefatos *indígenas*: não parece ter havido qualquer preocupação com a saída de material de culto dos candomblés (veja-se a descrição de Ruth Landes de sua saída da Bahia), de imagens ou gravuras religiosas ou de documentação histórica, ainda que tais materiais e documentos fossem explicitamente mencionados no seu regulamento. Já as discussões sobre o direito à posse dos artefatos indígenas coletados pelos pesquisadores são o ensejo para explicitar vários conflitos no campo ainda incipiente da Antropologia — entre o Museu Nacional e a Universidade de São Paulo, no caso da segunda viagem de pesquisa de Lévi-Strauss, e entre o Museu Nacional e o Museu Emilio Goeldi, no caso das viagens de Curt Nimuendaju. Conflitos que parecem uma refração de um conflito maior, entre os museus do país e o Museu do Homem, num caso, e os museus alemães, no outro. As coleções vigiadas a que alude o título do livro são, de fato, as coleções de artefatos indígenas, o que sugere que pesquisadores que estavam vinculados a departamentos universitários — como Ruth Landes e, mais tarde, toda a equipe do convênio Bahia-Columbia —, e não a museus, e cujo objeto de estudo não fossem os *naturais* do país, assim quase naturalizados como objetos museológicos, pouco ou nada interessavam ao Conselho. “O que interessava, portanto, aos olhos do Conselho, não eram os índios em si, mas o que eles simbolizavam numa época em que se tratou de afirmar o caráter nacional mediante a integração do território e da unificação da gestão do Estado. Os índios, juntamente com a fauna e a flora, representavam o que de genuinamente havia de origem nacional e é nesse sentido que deveriam ser preservados. Mais do que índios reais, o que

3 Sobre a grande presença de pesquisadores estrangeiros no país na época, ver Fernanda Peixoto (Massi) (1989).

4 Ruth Landes publicou o resultado de suas pesquisas em 1949; o livro foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 1967. Sobre suas desavenças com outros pesquisadores do campo das relações raciais, ver suas lembranças do Brasil em P. Golde (1986 [1970]).

estava em pauta era sua contribuição simbólica à nacionalidade brasileira, e uma contribuição que era vista como parte do passado. Daí o empenho em promover a coleta de artefatos desses representantes primeiros da nação, coletar e depositar em museus para ficarem disponíveis às futuras gerações. É assim, como herança, que eles importavam ao Conselho, cujas ações visavam à proteção de seus testemunhos.” (pp. 268-269).

O que explica bem o pouco interesse que o Conselho demonstrou pela outra herança demográfica do país, a população de origem africana. Ainda que Luís Donisete seja cuidadoso em afirmar que seu interesse neste trabalho se concentra na relação dos etnólogos com o Conselho, uma rápida olhada no inventário analítico do seu arquivo (MAST, 1988) permite generalizar suas observações para toda a atuação deste órgão, enquanto ele existiu.

É, assim, extremamente irônico que a principal agente dessa história — que aparece como uma linha de fuga que atravessa todo o campo indigenista na época, e que teve enorme influência no Conselho e em outras agências do campo —, Heloisa Alberto Torres, tenha sido a encarregada de montar uma Coleção Etnográfica para representar o país na Exposição Histórica do Mundo Português (1940), em Lisboa, e tenha escolhido para isso, ao lado de alguns artefatos indígenas, bonecas baianas e orixás africanos. Aparentemente expostos no dia da abertura da Exposição, tais artefatos foram retirados em seguida porque, como disse uma testemunha contemporânea, a comissão organizadora do evento “julgou deprimente apresentar o Brasil como um país de negros e macumbas”.⁵

Referências bibliográficas

- AZEREDO, Paulo Roberto. (1986), *Antropólogos e pioneiros. A história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo, FFLCH/USP.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (1990), *Indigenismo e Antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1945)*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
- GOLDE, Peggy (ed.). (1986 [1970]), *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- LANDES, Ruth. (1967), *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1970), “A woman anthropologist in Brazil”, in P. Golde, *Women in the field*, Chicago, Aldine.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. (1985), *Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- MAIO, Marcos Chor. (1997), *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em Sociologia, IUPERJ.
- (MASSI), Fernanda Peixoto. (1989), “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)”, in S. Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Vértice/Idesp.
- MAST — Museu de Astronomia e Ciências Afins. (1988), *Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Inventário analítico*. Rio de Janeiro, MAST.
- MICELI, Sergio (org.). (1989), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Vértice/Idesp.
- _____. (1995), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2. São Paulo, Sumaré/Idesp.
- RUBINO, Silvana. (1991), *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1945*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp.
- VILHENA, Luís Rodolfo. (1997), *Projeto e missão. O movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro, Funarte/Fundação Getúlio Vargas.

MARIZA CORRÊA é professora do Departamento de Antropologia da Unicamp.

5 Othon Leonardos, em carta no acervo de Heloisa Alberto Torres, no Departamento de Antropologia do Museu Nacional.

A atualidade de André Rebouças

Maria Alice Rezende de CARVALHO. *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1998. 254 páginas.

Wilma Peres Costa

No ano de 1891, o engenheiro e intelectual liberal André Rebouças desenhou em seu Registro de Correspondência um triângulo equilátero, nomeando cada um dos lados: Joaquim Nabuco (Liberal), Taunay (Conservador) e André Rebouças (sem partido). Por meio de uma tênue linha pontilhada, os ângulos da figura uniam-se em uma pirâmide, em cujo vértice encontrava-se o nome de d. Pedro II. Assim ilustrava Rebouças suas relações com seus companheiros de campanha abolicionista e militância reformadora, reunidos pelo exílio europeu: divergentes em suas escolhas partidárias, mas unidos em sua lealdade a d. Pedro II.

A ilustração é fecunda em sugestões e serve como ponto de partida para o instigante estudo de Maria Alice Rezende de Carvalho que, centrado na trajetória de André Rebouças, nos convida a refletir sobre o pensamento brasileiro nas últimas décadas do século XIX.

São múltiplas as razões que fazem oportuna a reflexão sobre a trajetória desse pensador e o seu legado, não sendo a menos importante a atual entressafra de intelectuais com espírito público, em vívido contraste com o final do século XIX, tão profícuo no esforço de “pensar” e “reformular” o Brasil, quanto trágico no destino reservado a muitos dos “intelectuais militantes” de vários matizes: a loucura (Aristides Lobo), o crime passionai (Euclides da Cunha), o suicídio (Silva Jardim (?), Raul Pompéia e o próprio Rebouças). Ao escolher como caminho para estruturar a biografia intelectual e política de Rebouças a referência a Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay, o livro de Maria Alice Rezende de Carvalho aborda uma faceta das agitadas correntes de idéias que animaram o Brasil naquele período — os liberais reformadores que se mantiveram fiéis à monarquia e que viram nessa instituição uma

espécie de caminho insubstituível para as “reformas liberais”. A República, na concepção desse grupo e de outros intelectuais monárquicos, nada mais era do que o resultado do conluio dos escravocratas descontentes com a Abolição com o militarismo de inspiração platina. Ela nos afastava da Europa e da Civilização e nos lançava na vala comum do caudilhismo latino-americano.

A influência dessa visão foi profunda na historiografia brasileira e aparece reciclada em muitas interpretações vigentes. André Rebouças é o menos lido da triade e, de certa forma, o menos influente nas correntes do pensamento brasileiro subseqüentes. A obra literária de Taunay, em particular os clássicos *A retirada da Laguna* e *Inocência*, é das mais lidas e comentadas da literatura brasileira, ao passo que *O abolicionismo* e *Um estadista do Império*, representando diferentes momentos da trajetória política de Joaquim Nabuco, desfrutam a curiosa peculiaridade de serem obras fundantes, respectivamente, da historiografia crítica e da historiografia conservadora no Brasil. A maior parte da obra de Rebouças permanece não publicada, estando confiada aos seus *Diários íntimos* e à sua extensa correspondência, ou foi divulgada em revistas dedicadas a temas técnicos de engenharia e agricultura, hoje de difícil acesso. O esforço em legitimar seus argumentos na linguagem da ciência e da técnica não ajuda, também, sua aproximação com o leitor de hoje. Tudo isso torna ainda muito mais meritória a cuidadosa garimpagem de uma parcela significativa de seu pensamento realizada pela autora e sua habilidade em reconstruí-la numa “trajetória” com sentido. O resultado faz ressaltar, por um lado, a profunda imersão de Rebouças na problemática de seu tempo e, por outro, a impressionante atualidade de seu pensamento. Seu cerne — o obstáculo representado pelo monopólio da terra à construção de um capitalismo dinâmico e de uma democracia genuína — ainda desafia pensadores e militantes nesse triste final de século XX.

Para desenhar a primeira vertente interpretativa, Maria Alice Rezende de Carvalho conduz o leitor, através de refinada erudição, para as leituras que esse intelectual “periférico” e seus companheiros faziam da efervescência intelectual que acom-

panhava as Grandes Transformações nos centros do pensamento europeu e norte-americano. O leitor ganha, assim, uma rica reconstituição das principais linhas do pensamento europeu do século XIX (e mesmo anterior, no caso das leituras privilegiadas pela autora para o entendimento da formação de Rebouças), forjando as saborosas tipologias do “inglês” (Nabuco), do “francês” (Taunay) e do *yankee* (Rebouças).

Em uma segunda vertente interpretativa, a autora privilegia a escolha e a trajetória profissionais de Rebouças, com um panorama do ensino e do exercício da Engenharia, nas suas vertentes militar e civil, como uma maneira estratégica de encarar a formação de Rebouças e sua inserção social. O leitor atento pode apreciar, aqui, uma tensão, embora não seja essa a ênfase preferencial da autora, entre duas linhas de força na vida de nossa personagem. De um lado, a opção pela Escola Militar e pela carreira “científica” indica direção alternativa ao bacharelismo típico da elite imperial, o que aproximaria a história pessoal de Rebouças da de vários membros da contra-elite crítica, cientificista, antibacharelesca que se forja na Escola Militar a partir da Guerra do Paraguai (e da qual Benjamim Constant e seus discípulos são uma espécie de paradigma). De outro, os profundos laços de Rebouças com o Imperador e sua família e com alguns proeminentes estadistas do período, como o Visconde de Itaboraí, para não falar de seu convívio referencial com os melhores filhos-família da Corte da *Belle Époque*. Isso não obstante uma profunda aversão à política partidária, que acompanha nosso engenheiro durante toda a vida, e uma busca quase quixotesca do “espírito empresarial” e da “livre iniciativa”, que marca sua vida pública durante a década de 1870.

Parece quase impossível pensar essa tensão sem tematizar a questão racial e a posição excêntrica de Rebouças como refinado intelectual negro em uma sociedade escravista. Nossa autora escolheu não fazê-lo, embora a questão não esteja ausente de seu trabalho. Acompanha nisso, solidariamente, sua personagem, extremamente reticente em abordar a problemática da cor no plano de sua experiência existencial, embora inflamado abolicionista. Desperta-nos, entretanto, a curiosidade em saber

como, nos imaginados debates da Sociedade de Imigração da qual faziam parte Rebouças e Taunay, nosso engenheiro encarava a questão do “branqueamento”, tão notória nas propostas daquela entidade. Da mesma forma, nos textos trabalhados por Maria Alice Rezende de Carvalho, podemos adivinhar divergências entre Rebouças, Taunay e Nabuco no calor da campanha abolicionista e no tratamento da questão agrária e do problema social nos anos subseqüentes. Ou, em outra direção, ficamos a nos perguntar o que teria impedido esse apaixonado cultor da livre empresa de aproximar-se das iniciativas que, poucas, mas expressivas, desenvolviam-se na Província de São Paulo, como a expansão ferroviária com capital nacional?

A verdade é que, dentre os muitos méritos desse fascinante trabalho, conta-se o de transmitir ao leitor de hoje o interesse pelas profundas ambigüidades de sua personagem: um homem de formação militar que tenta até o limite a carreira de *self made man*, um intelectual negro apaixonado pela cultura *yankee*, um filho-família que rejeita a carreira política; uma biografia de positivista que floresce como expoente liberal; um cultor do livre-cambismo e admirador das duas mais importantes vias de desenvolvimento através do protecionismo no século XIX (os EUA e a Alemanha); um *dandy*, apaixonado pela ópera, que vive como celibatário e termina trágica e solitariamente seus dias no fundo de um penhasco na Ilha da Madeira.

O Brasil pelo qual ele lutou é uma quimera, como afirmou nossa autora encerrando seu trabalho: “Afinal, no século que se seguiu ao seu suicídio, atirando-se de um penhasco em Funchal, os três amigos permaneceriam amalgamados na trajetória empreendida pelo Brasil: o *renovamento* de Nabuco tornar-se-ia o método pelo qual os brasileiros reconheceriam o seu longo e lento movimento em direção às reformas; o império de Taunay, metáfora de sua aspiração por uma ‘razão de Estado’ ilustrada e complacente, seria reeditado em muitas versões ao longo do século XX, das quais a emergência de um novo Estado — o Estado Novo — seria a sua mais acabada expressão; por fim, a democracia expansiva de Rebouças, refletindo sua crença na potencialidade libertária dos interesses, seria a forma assumida pela esperança,

no crepúsculo desse nosso quinto século”. Muitos de nós não acalentamos essa esperança — a de que a livre iniciativa e as forças liberadoras do mercado sejam capazes de construir e consolidar a democracia nesse sombrio final de século XX. Sentimo-nos convidados, entretanto, por esse belo livro, a nos aproximarmos do pensamento e do legado de André Rebouças, no seu profundo inconformismo com a desigualdade e no seu incansável combate às oligarquias, à miséria e à exclusão social.

WILMA PERES COSTA é professora do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp e coordenadora associada do Centro de Estudos Brasileiros do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da mesma universidade.

Religião e comportamento

Rubem C. FERNANDES, Pierre SANCHIS, Otávio G. VELHO, Leandro PIQUET, Cecília MARIZ e Clara MAFRA. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998. 264 páginas.

Ronaldo de Almeida

Em 1992, o Instituto de Estudos da Religião (Iser) realizou o Censo Institucional Evangélico (CNI) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e colocou em números a abrangência do campo evangélico, que há algumas décadas vinha apresentando transformações em sua relação com a sociedade (como na esfera política e nos meios de comunicação) e em sua prática religiosa (como o culto e algumas crenças). Embora a pesquisa se tenha restringido ao Grande Rio, o cenário fluminense ancorou muitas interpretações de caráter propriamente qualitativo sobre a configuração religiosa no Brasil, além de despertar novas indagações. Como desdobramento desse trabalho, o Iser iniciou, dois anos depois, outra grande investigação quantitativa sobre os evangélicos, em três dimensões da vida social: na família, na comunidade religiosa e na atividade política. O resultado está em *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja*, composto do relatório da pesquisa (Fernandes), dois comentários (Sanchis e Velho) e três artigos (Piquet, Mariz e Mafra).

Diferentemente da análise institucional do CNI, *Novo nascimento* procurou descrever o padrão comportamental desse segmento religioso que se encontra em plena expansão. O ponto de partida foi o diagnóstico de que 70% dos evangélicos são “convertidos”. Logo, se o campo religioso brasileiro caracteriza-se por um trânsito generalizado de fiéis pelos diversos credos, como constatou Prandi (1996), a fé evangélica foi uma das que mais atraiu adeptos de outras instituições. Diga-se, ainda, que parte do trânsito ocorreu entre as próprias denominações, cuja rotatividade de fiéis é da ordem de 25%. Fernandes destaca o *ethos* “evangélico” que, por ser base de fé comum, perpassa as

denominações, facilitando a mudança de filiação religiosa (p. 72). Acrescente-se, contudo, que nesse trânsito interdenominacional há fluxos preferenciais direcionados para o protestantismo carismático e o pentecostalismo, em particular o neopentecostalismo, o que resulta em uma religiosidade mais mística e menos ascética.

Uma das novidades da pesquisa foi a tipologia que reduziu as denominações do campo evangélico do Grande Rio a seis categorias (Históricas, Históricas Renovadas, Batista, Assembléia de Deus, Igreja Universal e Outras Pentecostais). Além de diferenciar a Assembléia de Deus e a Igreja Universal da massa dos pentecostais, a tipologia circunscreveu os pouco estudados batistas e históricos renovados (também chamados de protestantes carismáticos). A importância dos batistas deve-se ao fato de constituírem o único grupo não pentecostalizado que realiza, como as igrejas pentecostais e renovadas, um eficiente proselitismo, além de ser também um difusor do pensamento evangélico-fundamentalista norte-americano, que marcou boa parte do meio evangélico no Brasil (Fernandes, 1979).

A categoria Históricas Renovadas, por sua vez, define um grupo à parte dos históricos e pentecostais, procedimento pouco adotado por outras pesquisas quantitativas. Por se tratar de segmento intermediário entre esses dois grupos, a compreensão dos renovados pode contribuir em muito para a atual discussão sobre a versão carismática do catolicismo. É evidente que as ações da figura mais expoente da Renovação Carismática no momento, o padre Marcelo, assemelham-se em muito às das igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal e a Renascer em Cristo, no que diz respeito ao uso da mídia, à criação de um espetáculo de culto e à exploração do setor fonográfico; entretanto, tais católicos, assim como os renovados protestantes, interessam também por seu hibridismo, que cria conexões intra-evangélicos e, no caso católico, intracristãos.

Se ampliarmos ainda os exemplos, veremos que essas conexões extrapolam o espectro cristão. Refiro-me à Igreja Universal, que criou um “sincretismo invertido” no conflito com as religiões afro-brasileiras, ficando, em alguns momen-

tos, como nos cultos de exorcismo, muito distante do protestantismo histórico e mais parecida com a religiosidade a que se propunha combater (Almeida, 1995). Não por acaso, a maior incidência de conversões de religiosos afro-brasileiros ocorre para a Igreja Universal. Esses exemplos mostram um espalhamento dessa religiosidade simultaneamente à absorção de outras práticas e crenças, o que torna o campo simbólico evangélico mais amplo do que o conjunto de suas instituições. Como adverte Sanchis em seu comentário sobre a pesquisa, os evangélicos devem ser analisados segundo uma “matriz católica e uma funda marca afro-brasileira” (p. 150).

No plano demográfico, *Novo nascimento* demonstra como o fenômeno de conversão ocorreu na classe média e, predominantemente, na classe pobre. As igrejas renovadas e pentecostais encontram-se em maior número nas camadas populares. Entre os pentecostais predominam os menos escolarizados, ao passo que nas históricas renovadas o nível de escolaridade é equivalente ao dos batistas e históricos. Quanto ao gênero, os evangélicos compõem-se, na sua maioria, de mulheres. A relação é de 31% de homens para 69% de mulheres. Os batistas são os que melhor mantêm o equilíbrio entre os sexos, com 64% de mulheres. Mas o número que impressiona é o da Universal: 81% de mulheres para 19% de homens.

Esse contingente feminino foi abordado pelo *survey* de *Novo nascimento* a partir da análise das relações familiares e do comportamento reprodutivo. Conforme Fernandes, os evangélicos representam um avanço na modernização da sociedade brasileira. Primeiro, porque, de acordo com a pesquisa, a taxa de fecundidade entre as evangélicas é de 2,74, muito próxima da taxa de 2,58 da população brasileira; a “[a pesquisa] indica que as igrejas evangélicas tendem a influenciar os seus membros a baixar a taxa de natalidade” (p. 103). As famílias evangélicas acompanharam a queda na taxa de fecundidade apresentada pelo país nas últimas décadas. Além disso, exige-se de um homem convertido a mudança de comportamento no que diz respeito à economia doméstica, ao adultério e aos vícios de jogo, álcool e tabaco, entre outras coisas. Logo, conclui Fernandes, “so-

mos inclinados a sugerir que, sim, a pregação evangélica tem propiciado transformações modernizantes das relações entre os gêneros” (p. 94).

Os dados apresentados em *Novo nascimento* mostram que a pregação evangélica é bem eficaz em normatizar o comportamento do fiel. O discurso oficial católico sobre reprodução, virgindade e aborto pode até ser mais conservador do que o evangélico, mas qual o nível de obediência à Igreja de um grupo que costuma se diferenciar entre “praticantes” e “não-praticantes”? Ou, ainda, qual o comportamento do fiel das afro-brasileiras, já que não professam um discurso moral e normativo. Isto é, se vários fatores contribuíram para a queda da fecundidade no Brasil, que participações tiveram os diferentes credos? Esta não foi a preocupação da pesquisa, até porque o recorte empírico limitou-se ao meio evangélico. No entanto, ao estabelecer o universo feminino e familiar como um dos eixos de investigação, a pesquisa enfocou uma das dimensões da vida social mais atingida pela conversão à fé evangélica.

Como dito, as mudanças de comportamento tendem à modernização. Entretanto, convém destacar que elas ocorrem sob um discurso tradicional e não igualitário, como observa Mafra. É fato que o homem, quando convertido, começa a valorizar a família, mas a relação marido/esposa ocorre numa situação de hierarquia em que a submissão feminina e a providência masculina são doutrinariamente defendidas. Por mais que haja exceções, como algumas denominações que aceitam o pastorado feminino, o espaço da igreja é de domínio absoluto dos homens, mesmo em face da maioria de mulheres. Se a conversão implica mudanças nas relações de gênero, estas não são equivalentes aos avanços alcançados no comportamento reprodutivo.

Essa dualidade (conservador/moderno), por sinal, marcou boa parte da bibliografia sobre os evangélicos, que se divide entre o elogio às mudanças — sobre o qual Velho adverte quanto aos possíveis excessos — e a condenação do atraso. Isto fica mais claro nos estudos sobre a esfera política. Alguns trabalhos da década de 70 afirmavam ou tinham como *a priori* que a participação social era incompatível com uma religiosidade mais

mística, como o pentecostalismo, por exemplo. Esta mesma interpretação encontra-se no trabalho de Prandi (1992), cujo título, “Perto da magia, longe da política”, define sua conclusão. Para sustentar seu argumento, este autor contrapõe o modelo comunitário das CEBs, que envolveriam os fiéis em ações racionais e coletivas, ao individualismo das religiões mágicas, como as afro-brasileiras e pentecostais.

Segundo os dados de *Novo nascimento*, no entanto, aqueles que mais participam da comunidade religiosa, ocupando cargos, exercendo liderança ou “manifestando os dons do Espírito Santo”, são os mais ativos na participação social, seja em eleições, partidos, sindicatos, associações de moradores, obras assistenciais etc. Além dessas participações, os fiéis são ainda envolvidos em fortes redes de solidariedade entre os “domésticos da fé”. Assim, a contraposição com as CEBs deve-se antes às diferenças ideológicas do que, propriamente, a uma debilidade das relações comunitárias dos evangélicos. Organizados no modelo “congregacional protestante”, esses religiosos agem em favor dos “irmãos” e possuem, assim como as CEBs, um projeto de sociedade; mas, diferentemente delas, pregam a regeneração moral a partir da qual decorreriam as transformações sociais.

Herança do protestantismo histórico, esse caráter associativo da “congregação” foi bastante destacado pela pesquisa para mostrar a participação cívica dos evangélicos. Contudo, pergunto-me qual é a referência de “congregação” quando existem, de um lado, as igrejas históricas e pentecostais clássicas, em que predomina um tipo de organização comunitária estruturada em redes familiares, e, de outro, as neopentecostais, como a Igreja Universal, que realiza até cinco cultos por dia, reveza constantemente seus pastores entre os templos, realiza com frequência grandes concentrações, utiliza o rádio e a televisão como propagadores do Evangelho ou faz celebrações em grandes salas de cinema e de teatro.

Em que medida essa pregação “no atacado” — que é extensível à Renovação Carismática — afeta a própria prática da religião? Entre inúmeros exemplos, penso nos meios de comunicação, que permitem, no âmbito doméstico, a audiência si-

multânea de diferentes pregações, que o fiel percorre ecumênica e curiosamente sem que isso resulte em mudança de credo. Não se trata propriamente de um culto doméstico, mas da reformulação do cotidiano com atividades de conteúdo religioso sem a pretensão de gerar uma epifania ou algo equivalente. Os programas de auditório, videocliques, *talk-shows*, festivais de música, novelas, todos evangélicos e adequados à linguagem televisiva, desempenham uma função mais de entretenimento do que religiosa. Um estudo de recepção dessa programação pode contribuir muito para o entendimento de como a fé evangélica é vivida no cotidiano da casa, principalmente pelo contingente feminino.

Da mesma forma, o consumo religioso é uma dimensão do cotidiano que precisa ser mais bem investigada, em particular a hipótese de Pierucci (1996) sobre a formação do “consumidor religioso”. Não penso propriamente na idéia de um sujeito com direitos de reclamação sobre a eficácia da mensagem religiosa, nem na de um indivíduo que tenha à sua disposição inúmeras possibilidades de escolha de credo, ou de vários simultaneamente. A preocupação é com o consumo de uma série de produtos que atendem às várias demandas da fé na vida cotidiana, como discos, literatura, programação televisiva, educação, saúde etc. Em resumo, mercadorias, atividades sociais e serviços definidos segundo padrões de consumo e estilos de vida, com circuitos particulares e cujo elemento estruturante é a opção religiosa. Essa interface entre hábitos religiosos, audiência televisiva e consumo não foi tema de investigação de *Novo nascimento*, muito embora o CNI, já em 1992, tenha cadastrado diversos estabelecimentos comerciais com produtos relacionados à fé.

Mas esses são alguns dos possíveis desdobramentos das pesquisas que o Iser vem realizando sobre o meio evangélico contemporâneo, que, se por um lado tornam cada vez mais inteligível este segmento, por outro suscitam novas hipóteses sobre o impacto causado pela conversão no comportamento de uma parcela significativa da população brasileira.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo de. (1995), *A universalização do Reino de Deus*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp.
- FERNANDES, Rubem C. (1979), “As missões protestantes em números”. *Cadernos do ISER*, 10.
- PIERUCCI, Antônio F. (1996), “Em defesa do consumidor religioso”. *Novas Estudos*, São Paulo, Cebrap, 44.
- PRANDI, Reginaldo. (1992), “Perto da magia, longe da política”. *Novas Estudos*, São Paulo, Cebrap, 34.
- _____. (1996), “Religião paga, conversão e serviço”. *Novas Estudos*, São Paulo, Cebrap, 45.

RONALDO DE ALMEIDA é pesquisador do Cebrap e doutorando em Antropologia Social na USP.